



# Anais da Assembléia

Nº 12

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 16 DE MARÇO DE 1979

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1979

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Valdyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Nós temos a satisfação de receber em nosso plenário, os Senhores Nivaldo do Rego, Vereador do Município de Maria Helena, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Matelândia, Sr. Celso Cardoso, Sr. Paulo Furiatti, Diretor do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura de Londrina.

A Mesa registra com muita satisfação, a presença dessas autoridades, bem como dos Senhores Vereadores da cidade de Maringá, Sr. Ricardo Valença e Tércio Hilário de Oliveira.

Encontra-se sobre a mesa, um ofício do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, a ser lido pelo Sr. 1º Secretário, para conhecimento desse Plenário.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (**Lê ofício**):

"OFÍCIO Curitiba, em 16 de março de 1979. Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª, para os efeitos do Artigo 11 e seu parágrafo 1º, da Constituição Estadual, que por ato de S. Ex.ª o Sr. Governador Ney Braga, fui investido nesta data, na função de Secretário Extraordinário para os Assuntos da Cultura e dos Esportes.

Sendo o que me cumpria manifestar, renovo a V. Ex.ª e demais membros desta Casa, votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES"

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Em virtude da nomeação do Sr. Luiz Roberto Soares, para a Secretaria de Educação e Esportes, a Mesa convoca o 1º Suplente de Deputado pela Arena, Sr. Rosário Pitelli. Como S. Ex.ª já se

encontra presente numa das ante-salas do Palácio 19 de Dezembro, a Mesa designa uma Comissão para recebê-lo e acompanhá-lo até este plenário. A Comissão será composta pelos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Jurandir Messias, Nilso Sguarezi e José Tavares. (**Pausa**).

A Mesa convida o Sr. Rosário Pitelli a prestar compromisso de posse.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — (**Lê compromisso de posse**)  
O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Declaro empossado o Sr. Deputado Rosário Pitelli, e convido S. Ex.ª a compor lugar ao Plenário.

Registramos, com muita satisfação, a presença em nosso Plenário, do Presidente da Câmara, Dr. Roberto Satili, 1º Secretário, Joaquim Azevedo Filho, de Cornélio Procópio, o Sr. Prefeito de Jataizinho, Evilásio Cordeiro, Prefeito de Sertaneja, Miguel de Souza, Vereador de Bela Vista do Paraíso, representante do Prefeito Emílio Rampazzo, Prefeito Municipal de Centenário do Sul, Antônio Maria Ladeira.

A Mesa registra, com muita satisfação, suas presenças neste plenário, bem como do Sr. Vice-Prefeito de Arapongas, Sr. Antenor Zanin, acompanhado dos Srs. Vereadores.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM 29/79

Curitiba, 09 de março de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a revogar a doação da área de terras de 3.000,00 m<sup>2</sup> (três mil metros quadrados), situada no Município de Cambé, que era destinada à construção de prédio para um Grupo Escolar.

A questionada área de terras, foi doada ao Estado do Paraná, por Manoel de Oliveira Fernandes, e sua mulher, conforme escritura pública transcrita no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cambé, sob o n.º 4.438, às fls. 95, do Livro 3-H. Tal doação foi condicional, tendo constado, especificamente, na respectiva escritura, a seguinte cláusula:

"A presente doação é feita para o fim exclusivo de construção do Grupo Escolar, devendo o mesmo ser construído até o dia 15 de março de 1971, condição essa que, se não for cumprida, retornará o imóvel a integrar o patrimônio dos outorgantes doadores".

A Administração Estadual, conforme estudos realizados pelos órgãos competentes, julgou desnecessária a utilização do imóvel doado, uma vez que, nas proximidades, situam-se em funcionamento dois estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, que atendem plenamente a procura, quais sejam, a "Escola Estadual São José" e a Unidade Escolar do Jardim Alvorada.

Assim sendo, a medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis, é oportuna e necessária, porquanto não prejudica os elevados interesses do Ensino e da Coletividade.

Certo de que o plano de lei proposto merecerá o devido apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a revogar a doação recebida da área de terras com 3.000,00 m<sup>2</sup>, destacada do lote de terras n.º 10A (dez-A), da Gleba do Patrimônio

de Cambé, situada no Município de Cambé, transcrita no Registro de Imóveis sob n.º 4.438, às fls. 95, do Livro 3-H, e que se destinava para o fim exclusivo de edificação de um Grupo Escolar.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

—**A Comissão de Constituição e Justiça.**

MENSAGEM N.º 30/79

Curitiba, 12 de março de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva consolidar a legislação pertinente ao Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal de Alçada, introduzindo, no referido Quadro, alterações julgadas necessárias.

Na inclusa cópia autêntica do Ofício n.º 341/78, da Presidência do Egrégio Tribunal de Alçada, estão contidos detalhes sobre a necessidade, oportunidade e alto significado da medida ora submetida a exame dessa augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o plano de lei ora encaminhado a essa colenda Casa de Leis, merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica consolidada, nesta lei, a legislação atinente ao Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal de Alçada.

Art. 2.º — Os cargos do Quadro referido no artigo anterior, passam a ter a quantidade, a classificação, as denominações, os padrões, a simbologia e as referências de vencimentos das tabelas anexas, as quais são consideradas parte integrante desta lei.

§ 1.º — Os cargos constantes da Tabela I, são de provimento em comissão e serão preenchidos na forma da lei.

§ 2.º — Os cargos constantes das Tabelas II, III e IV, são de provimento efetivo e serão preenchidos na classe inicial, mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 3.º — O provimento dos cargos constantes desta lei, será feito pelo Presidente do Tribunal de Alçada.

Art. 4.º — As funções gratificadas são as constantes da Tabela V, correspondendo à simbologia nela relacionada.

Art. 5.º — A gratificação de representação prevista no art. 172, inciso IV, da Lei Estadual n.º 6174, de 16.11.1970, poderá ser aplicável aos servidores em exercício nos Gabinetes da Presidência, Vice-Presidência e Secretaria Geral, obedecidos o número e valores fixados por decreto do Governador.

Art. 6.º — Estende-se, no que couber, aos servidores da Secretaria do Tribunal de Alçada, a legislação atinente ao Código de Organização e Divisão Judiciárias e Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado.

Art. 7.º — A estrutura administrativa dos serviços auxi-

liares do Tribunal de Alçada, assim como as atribuições, responsabilidades e demais características e condições pertinentes aos ocupantes dos cargos constantes desta lei, serão especificadas em regulamento editado por ato da Presidência.

Art. 8.º — Os cargos de Diretor Secretário, Assessor de Recursos e Assessor Judiciário são privativos de bacharel em Direito, de comprovada experiência e reputação ilibada.

Art. 9.º — Os cargos de Assistente Jurídico, Assistente Técnico Administrativo e de Contador, são privativos, respectivamente, de bacharéis em Direito, Administração Pública e Ciências Contábeis, portadores de diploma devidamente registrado.

Art. 10 — O cargo de Bibliotecário é privativo de diplomado em Biblioteconomia.

Art. 11 — A gratificação de produtividade instituída pelas Leis 6.569, de 25.06.74, 6.593, de 15.08.74, 6.641, de 4.12.74 e 6.787, de 31.05.76, é aplicável aos cargos constantes da Tabela II.

Art. 12 — A carreira de Oficial Judiciário tem seu início no nível TA-19 e a ela, terão acesso, pelo critério de merecimento e antigüidade, alternadamente, os ocupantes do cargo de Auxiliar Judiciário nível TA-18, respeitados os requisitos estabelecidos no Regulamento de que trata o art. 7.º, desta Lei.

Art. 13 — Aplica-se, no Tribunal de Alçada, no que couber, o disposto nas Tabelas I e II, da Lei Estadual n.º 6.149, de 09 de setembro de 1970.

Art. 14 — Como conseqüência das modificações introduzidas por esta Lei, ficam criados no Quadro da Secretaria do Tribunal de Alçada, os seguintes cargos:

#### I — EM COMISSÃO

I — Oficial de Gabinete da Vice-Presidência 3-C.

#### II — DE CARREIRA

3 — Assistente Jurídico nível TA-30

3 — Assistente Jurídico nível TA-29

4 — Assistente Jurídico nível TA-28

1 — Bibliotecário nível TA-27

2 — Oficial Judiciário nível TA-27

2 — Oficial Judiciário nível TA-25

1 — Oficial Judiciário nível TA-24

1 — Auxiliar Judiciário nível TA-16

1 — Datilógrafo nível TA-15

2 — Datilógrafo nível TA-14

2 — Servente nível TA-13

2 — Servente nível TA-12

1 — Servente nível TA-11

1 — Copeiro nível TA-14

1 — Copeiro nível TA-12

1 — Operador de Computador nível TA-24.

Art. 15 — As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Tribunal de Alçada.

Art. 16 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TABELA I					
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR					
GRUPO OCUPACIONAL DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR					
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO					
SITUAÇÃO ANTERIOR -- Leis 6402/73 e 6591/74					
SITUAÇÃO NOVA					
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
1	Diretor Secretário	2-C	1	Diretor Secretário	DAS-3
1	Chefe de Gabinete da Presidência	2-C	1	Chefe de Gabinete da Presidência	DAS-5
5	Assessor Judiciário	2-C	5	Assessor Judiciário	DAS-5
1	Assessor de Recursos	2-C	1	Assessor de Recursos	DAS-5
2	Oficial de Gabinete da Presidência	3-C	2	Oficial de Gabinete da Presidência	3-C
1	Oficial de Gabinete da Secretaria	6-C	1	Oficial de Gabinete da Vice-Presidência	3-C
			1	Oficial de Gabinete da Secretaria	3-C

TABELA II					
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR					
GRUPO OCUPACIONAL DE ACESSORAMENTO SUPERIOR					
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO					
SITUAÇÃO ANTERIOR -- Leis 6402/73 e 6591/74					
SITUAÇÃO NOVA					
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
1	Assistente Jurídico		3	Assistente Jurídico	TA-30
1	Assistente Técnico Administrativo	TA-28	3	Assistente Jurídico	TA-29
	Contador	TA-28	4	Assistente Jurídico	TA-28
			1	Assistente Técnico Administrativo	TA-30
			1	Contador	TA-28
			1	Bibliotecário	TA-27

TABELA III ATIVIDADES DE APOIO JUDICIÁRIO GRUPO OCUPACIONAL DE ATIVIDADES DIVERSAS					
SITUAÇÃO ANTERIOR - Leis 6402/73 e 6591/74		SITUAÇÃO NOVA			
N.º DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	N.º DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
1	Assessor Administrativo	PJ-27	3	Oficial Judiciário	TA-27
2	Assessor Administrativo	PJ-26	2	Oficial Judiciário	TA-26
			2	Oficial Judiciário	TA-25
1	Assessor Administrativo	PJ-24	2	Oficial Judiciário	TA-24
2	Oficial Judiciário	TA-23	2	Oficial Judiciário	TA-23
2	Oficial Judiciário	TA-22	2	Oficial Judiciário	TA-22
2	Oficial Judiciário	TA-21	2	Oficial Judiciário	TA-21
2	Oficial Judiciário	TA-20	2	Oficial Judiciário	TA-20
3	Oficial Judiciário	TA-19	3	Oficial Judiciário	TA-19
3	Auxiliar Judiciário	TA-18	3	Auxiliar Judiciário	TA-18
3	Auxiliar Judiciário	TA-17	3	Auxiliar Judiciário	TA-17
3	Auxiliar Judiciário	TA-16	4	Auxiliar Judiciário	TA-16
2	Datilógrafo	TA-16	2	Datilógrafo	TA-16
3	Datilógrafo	TA-15	4	Datilógrafo	TA-15
3	Datilógrafo	TA-14	5	Datilógrafo	TA-14
			1	Operador de Computador	TA-24

TABELA IV					
ATIVIDADE DE APOIO JUDICIÁRIO					
GRUPO OCUPACIONAL DE ATIVIDADES DIVERSAS					
SITUAÇÃO ANTERIOR — Leis 6402/73 e 6591/74			SITUAÇÃO NOVA		
Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
1	Motorista	TA-16	1	Motorista	TA-17
2	Motorista	TA-15	2	Motorista	TA-16
3	Motorista	TA-14	3	Motorista	TA-15
1	Copeiro	TA-13	1	Copeiro	TA-14
1	Copeiro	TA-12	1	Copeiro	TA-13
1	Servente	TA-13	2	Copeiro	TA-12
1	Servente	TA-12	3	Servente	TA-13
2	Servente	TA-11	3	Servente	TA-12
			3	Servente	TA-11

TABELA V	
FUNÇÕES GRATIFICADAS	
DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
Chefe de Divisão	2-F
Chefe de Seção	3-F
Chefe de Serviço	4-F
Oficial de Justiça	5-F
Auxiliar de Sessões	7-F

MENSAGEM N.º 31/78

Curitiba, 12 de março de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e os municípios abaixo especificados, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais.

Municípios	Data da celebração
Paranaguá	21/12/77
Marilândia do Sul	17/11/78
Altônia	17/11/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 32/79

Curitiba, 12 de março de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos a convênios celebrados entre a Secretaria da Segurança Pública, a EMOPAR e os municípios abaixo especificados, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia dos municípios signatários:

Data do Aditivo	Município
17/10/77	São Miguel do Iguaçu
02/02/78	Nova Cantu
02/02/78	Bom Sucesso
02/02/78	Guapirama
10/10/78	Itaguajé
30/10/78	Mariópolis
24/11/78	Iretama

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 33/79

Curitiba, 12 de março de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os municípios abaixo especificados, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento dos municípios signatários:

Município	Data da celebração
Mariópolis	09/08/78
Cambará	31/08/78

Terra Roxa	31/07/78
Ortigueira	18/07/78
São João	02/03/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Ofícios:

Sob o n.º 227/79, do Senhor Dr. Gastão Natal Simone, Secretário de Saúde e Bem Estar Social, do Município de Maringá, no qual encaminha o relatório de serviços prestados por aquela Secretaria, durante o mês de fevereiro de 1979.—

— Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 23/79, do Senhor Professor Geraldo Mattos Gomes dos Santos, Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica do Paraná, comunicando a esta Casa, a abertura de diversos cursos especiais, que visam ao aprimoramento do pessoal dirigente de nossa sociedade.—

Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, com fundamento nas disposições regimentais do Art. 134, parágrafo 1.º, requerem seja SUSPENSA A SESSÃO de hoje, pelo pesar do falecimento do Sr. ROBERTO CONCEIÇÃO, digno Prefeito Municipal de Cambé, ao mesmo tempo, que se preste um VOTO DE PESAR, pelo infausto acontecimento, dando-se ciência da decisão, à família enlutada, e à Câmara Municipal de Cambé.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1979

(a) Nilso Sguarezzi e Renato Bernardi.

Apoiamento: Carlos Zanlorenzi, José Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Lineu Turra, Domício Scaramella, Quielise Crisóstomo, Waldyr Pugliesi, Mário Celso, José Tavares, Darcy Deitos, Erondy Silvério, Antônio Facci e Palácios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita, após ouvido o douto Plenário desta Casa, o envio de requerimento ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando, junto ao mesmo, a viabilidade do envio de força policial especial, para guarnecer o prédio onde funciona, atualmente, a sede do Executivo Municipal de Marachá Cândido Rondon, neste Estado.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1979.

(a) Gernote Kirinus.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, tal solicitação se faz necessária, em nosso entendimento, visando, inicialmente, a preservação de todo o acervo histórico, político e administrativo daquele município, que nos próximos dias, contará com nova sede, em prédio amplo, oferecendo maiores condições de atendimento ao público, bem como, uma divisão mais soberba e até mesmo monumental, dada as dimensões daquele prédio.

O atual chefe do Executivo rondonense, em pronunciamento feito pela imprensa local, há dias passados, quando soube

da decisão governamental, de efetivá-lo, no cargo que ocupava, provisoriamente, afirmou que, a mudança da Prefeitura, do prédio velho para o novo, era uma necessidade premente, já que as velhas dependências do citado prédio, e devido a sua construção antiga, não ofereciam mais condições de segurança, principalmente, em caso de incêndio.

Levando-se em consideração uma série de incidentes já verificados em nossa região, onde várias prefeituras foram sinistradas intencionalmente ou não, e isto causou uma série de prejuízos ao município e sua população, reputo, como medida preventiva, de interesse maior, o envio de uma força policial especial, para dar guarda àquele prédio; nestes últimos dias que antecedem a sua transferência, de um prédio antigo e inseguro, para o novo, gigantesco e monumental Paço Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi e outros Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a suspensão da sessão de hoje, em virtude do falecimento do Sr. Roberto Conceição, digno Prefeito Municipal de Cambé. — **Aprovado o requerimento.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 52 e 166/78:

Levanta-se a sessão.

#### Atas das Comissões:

##### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

#### 4a. SESSÃO LEGISLATIVA — 8a. LEGISLATURA ATA DA 10a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de novembro de hum mil novecentos e setenta e oito, às dezessete horas, reuniram-se, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Fortes e contando com as presenças dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Fabiano Braga Côrtes, Nelson Buffara e Werner Wanderer, membros efetivos da Comissão de Recursos Humanos. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada, a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatados pelo Senhor Presidente, por ter avocado para si, o seguinte projeto: PROJETO DE LEI N.º 177/78, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 115/78, encaminhando anteprojeto de lei, que reestrutura e dá nova organização à coordenação da Receita do Estado — Secretaria de Estado das Finanças. Parecer favorável-aprovado. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada esta Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Osmar Luiz Delagassa Passos, Secretário da Comissão, para que surta seus efeitos legais.

DEPUTADO WILSON FORTES

Presidente

OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS

Secretário

##### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

#### 4a. SESSÃO LEGISLATIVA — 8a. LEGISLATURA ATA DA 11a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, às dezessete horas e quinze minutos, reuniram-se, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Fortes e contando com as presenças dos Senhores Deputados Fabiano Braga Côrtes, Gilberto

Carvalho e Werner Wanderer, membros efetivos da Comissão de Recursos Humanos. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatado pelo Senhor Presidente, por ter avocado para si, o seguinte: PROJETO DE LEI N.º 197/78, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 147/78, encaminhando anteprojeto de lei, que visa dar nova redação ao Artigo 65, Lei n.º 5.849, de 25/09/1958, que objetiva nova sistemática aos vencimentos do Ministério Público. Parecer favorável-aprovado. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada esta Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Osmar Luiz Delagassa Passos, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

DEPUTADO WILSON FORTES

Presidente

OSMAR DELAGASSA PASSOS

Secretário

##### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

#### 4a. SESSÃO LEGISLATIVA — 8a. LEGISLATURA ATA DA 12a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, às dezessete horas e quinze minutos, reuniram-se, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Fortes e contando com as presenças dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Fabiano Braga Côrtes e Werner Wanderer, membros efetivos da Comissão de Recursos Humanos. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatados pelo Senhor Presidente, por ter avocado para si, os seguintes processos: — PROJETO DE LEI N.º 189/78, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 133/78, encaminhando anteprojeto de lei, que objetiva a criação de cargos que especifica, na Junta Comercial do Paraná e dá outras providências. Parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 196/78, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 139/78, encaminhando anteprojeto de lei, que objetiva restaurar o Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 198/78, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 148/78, encaminhando anteprojeto de lei, que objetiva estabelecer nova sistemática para o Grupo Ocupacional "Engenharia e Arquitetura", código TC — 1.500, fixando novos vencimentos aos cargos das várias carreiras que compõem o referido Grupo Ocupacional. Parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 199/78, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 149/78, encaminhando anteprojeto de lei, que objetiva dar nova Redação aos itens I e II, do Art. 22, da Lei n.º 6.417, de 03/07/73, com a finalidade de alterar o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado. Parecer favorável-aprovado. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada esta Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Osmar Luiz Delagassa Passos, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

DEPUTADO WILSON FORTES

Presidente

OSMAR DELAGASSA PASSOS

Secretário

##### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

#### 4a. SESSÃO LEGISLATIVA — 8a. LEGISLATURA

# ATA DA 13a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, às dezesseis horas e trinta minutos, reuniram-se, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Fortes e contando com as presenças dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Nelson Buffara, Deni Schwartz e Fabiano Braga Côrtes, membros efetivos da Comissão de Recursos Humanos. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada, sem restrições a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem Dia, tendo sido relatado pelo Senhor Deputado Deni Schwartz o PROJETO DE LEI N.º 201/78, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 151/78, encaminhando anteprojeto de lei que fixa, a partir de 01-01-79, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas do pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas, bem como dos integrantes da Polícia Militar do Estado, e dá outras providências. Parecer favorável-APROVADO. Sendo o que tinha a tratar e nada mais havendo na Ordem do Dia, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, da qual, foi lavrada esta Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Wilson Fortes, e por mim, Osmar Luiz Delagassa Passos, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

DEPUTADO WILSON FORTES

Presidente

OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS

Secretário

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### 8a. LEGISLATURA — 4a. SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 1a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de um mil novecentos e setenta e oito, após Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões, sob a Presidência do Deputado Erondy Silvério e contando com a presença dos Deputados Membros e Suplentes da Comissão e outros Senhores Deputados cujas presenças foram anotadas em separado e enviadas ao Presidente deste Poder. Contando com número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior. Como nada houvesse para Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 182/78, de autoria do Poder Executivo, que encaminha anteprojeto de Lei que institui a Empresa Pública, Instituto de Tecnologia do Paraná. Relator Deputado Aguiinaldo Pereira Lima, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 186/78, de autoria do Deputado Ezequias Losso, acrescentando parágrafo único ao Artigo n.º 10, e dá nova redação ao Artigo 13, da Lei n.º 6639, de 5 de dezembro de 1974. Parecer favorável do Deputado Gabriel Manoel, aprovado, com voto vencido do Deputado Erondy Silvério. PROJETO DE LEI N.º 76/78.— Autor, Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, autorizando o Poder Executivo, instalar através da TELEPAR, um posto telefônico, no Distrito de Casa Branca, no Município de Xambrê.— Relator, Deputado Gabriel Manoel. Parecer contrário-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 88/78.— Autor, Deputado Luiz Gabriel Sampaio, cria a Fundação Instituto de Zootecnia do Paraná— IZOPAR. Relator, Deputado Gabriel Manoel. Parecer contrário-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 67/78, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, autorizando o Poder Executivo, incluir no Plano Rodoviário Estadual o asfaltamento da estrada que liga o Distrito de Pindorama, ao de Casa Branca, no Município de Xambrê. Relator, Deputado José Antônio Del Ciel. Pare-

cer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 177/78 — de autoria do Poder Executivo, encaminha anteprojeto de lei, que reestrutura, e dá nova organização à Coordenação da Receita do Estado. Relator, Deputado Gabriel Manoel. Parecer favorável-aprovado. PROJETOS DE RESOLUÇÃO N.ºs: 91, 92, 93, 99, 100, 112, 113, 114, 115, 116 e 117/78, oriundos de Mensagens Governamentais, visando aprovação de convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, Municípios e Órgãos que especifica. Relator, Deputado José Antônio Del Ciel. Pareceres favoráveis-aprovados. PROJETOS DE RESOLUÇÃO N.ºs: 108, 109, 110, 111, 129, 130, 144, 145, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 234, 235, 236, 237 e 238/78. Relator, Deputado Gabriel Manoel. Pareceres favoráveis-aprovados. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, e, para constar, eu, Nelson Sílvio Salles, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Secretário da Comissão de Finanças, para que produza os efeitos legais.

DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO

Presidente

NELSON SÍLVIO SALLES

Secretário

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### 8a. LEGISLATURA — 4a. SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 7a. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e setenta e oito, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões, sob a Presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério, e contando com a presença dos Senhores Deputados Membros e Suplentes da Comissão, e outros Senhores Deputados. Contando com número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados e aprovados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 196/78, de autoria do Poder Executivo, objetivando reestruturar o Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Relator, Deputado Gabriel Manoel. Parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 189/78, de autoria do Poder Executivo, objetivando a criação de cargos que especifica, na Junta Comercial do Paraná e dá outras providências. Relator, Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 201/78, de autoria do Poder Executivo, objetivando fixar novos vencimentos, a partir de 1.º de janeiro de 1979, aos Cargos Efetivos e em Comissão, dos Poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas, bem como, da Polícia Militar do Estado e dá outras providências. Relator, Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável, com emenda, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 198/78, de autoria do Poder Executivo, que visa estabelecer nova sistemática, para o Grupo Ocupacional "Engenharia e Arquitetura" Código 1500, fixando novos valores aos Cargos das várias carreiras do referido Grupo Ocupacional. Relator, Deputado Erondy Silvério. Parecer, favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 204/78, de autoria do Poder Executivo, dispondo sobre abertura de Crédito Especial, ao Orçamento Geral do Estado, no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para atender despesas com o Fundo de Previdência do Parlamentar (FEPPA). Relator, Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável-aprovado. PROJETOS DE RESOLUÇÃO N.ºs 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327,



328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360 e 361/78, que tratam de convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, Municípios e Órgãos que especificam. Relator Deputado Gabriel Manoel, pareceres favoráveis - aprovados. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, e para constar eu, Nelson Sílvia Salles lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(a) ERONDY SILVÉRIO — Presidente  
Nelson Sílvia Salles — Secretário

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**8ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de um mil novecentos e setenta e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões, sob a Presidência do Deputado Erondy Silvério e contando com a presença dos Senhores Deputados Membros e Suplentes da Comissão e outros Senhores Deputados. Contando com número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Na Hora do Expediente, foi lido o ofício de número 638/78, do Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário deste Poder, encaminhando estudo elaborado visando reestruturar o Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o qual foi aprovado e transformado em Substitutivo Geral da Comissão de Finanças, ao Projeto de Lei nº 202/78. Encerrada a Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados e aprovados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI Nº 202/78, de autoria do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a inclusão dos Cargos em Comissão que especifica, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo na Simbologia DAS de que trata a Lei nº 6996, de 12 de abril de 1978. Relator Deputado Erondy Silvério, parecer favorável - aprovado com substitutivo geral. PROJETOS DE RESOLUÇÃO Nºs 339, 340, 351, 352, 362, 363, 365, 366 e 367/78, que tratam de convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, Municípios e Órgãos que especificam. Relator Deputado Gabriel Manoel. Pareceres favoráveis, aprovados. PROJETOS DE RESOLUÇÃO Nºs 368, 369, 370 e 371/78, que tratam de convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, Municípios e Órgãos que especificam. Pareceres Favoráveis, aprovados, do Relator Deputado Edilson Alencar. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente Reunião, e para constar eu, Nelson Sílvia Salles, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) ERONDY SILVÉRIO — Presidente  
Nelson Sílvia Salles — Secretário

**COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**  
**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA**

Às dezessete horas do dia vinte e sete de junho de um mil novecentos e setenta e oito, na Sala de Reuniões, o Senhor Presidente, verificando a existência de "quorum", declara abertos os trabalhos da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Após aprovada a ata da reunião anterior, o Senhor Presidente saúda o Senhor José Neves, Superintendente da Administração de Recursos Hídricos, e a equipe técnica e administrativa desse órgão, que aqui comparece, atendendo a convite desta Casa, para proferir palestra relativa à atuação da Administração de

Recursos Hídricos para a preservação do meio ambiente. O Deputado Fidelcino Tolentino, com a palavra, pondera que a palestra deveria ser realizada em plenário, haja vista a natureza da matéria que interessa sobremaneira a todos os Deputados, citando como exemplo sua pessoa, que, não sendo membro desta Comissão, teria ficado privado de conhecer aspectos de tão importante assunto, se a ela não comparecesse. O Senhor Presidente concede a palavra ao engenheiro José Neves Labatut, que, inicialmente diz o que é, o que faz e o que poderá oferecer aos paranaenses a Administração de Recursos Hídricos, entidade autárquica do Estado, vinculada à Secretaria do Interior. Enumera suas atribuições legais afirmando que ela as extrapola para atender a todos os objetivos, tendo em vista que o controle e fiscalização do uso de águas e do ar dá ensejo à diversificação de metas, o que implica em treinamento contínuo de pessoal técnico e na necessidade de ampliação de sua estrutura para acompanhar o desenvolvimento natural de demanda de serviços resultantes da assinatura de convênios com órgãos federais e outros. Tece considerações, ainda, em torno de projetos e atividades da ARH, previstos para o ano em curso, focalizando especialmente projetos de barragem, principalmente o de Ninguaba e Passaúna. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Engenheiro André Virmond Lima Bittencourt, que discorre sobre as atividades do Núcleo de Disponibilidade de Águas, que, dentro da ARH, preocupa-se com a codificação da água, analisando o ciclo hidrológico, através de redes hidrométricas, isto é, de redes de estações onde são medidos os percursos, o tipo nas diversas etapas do ciclo hidrológico. Afirma que as atividades desse setor, estão baseadas num esquema de atividades de projetos. Cita como exemplo, atividades, em si, contínuas, desse setor, conceituando o que seja pluviometria, fluviometria, sedimentometria, águas subterrâneas, e de que forma os dados dessas atividades orientam projetos que têm tempo determinado, mostrando o que o setor tem feito em relação à quantificação de água. O Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, pela ordem, indaga do orador sobre a quantidade de postos pluviométricos e quantos podem existir em um município. O orador, respondendo à indagação, afirma que há setecentos e quarenta e oito postos da ARH, e duzentos e cinquenta de outras entidades, havendo municípios com três postos. Mostra através de "slides", a rede pluviométrica do Estado, localizando os postos pluviométricos e sedimentométricos que operam no Estado, os quais orientam programa de estudos de poluição no controle da qualidade da água. Relativamente à sedimentação, afirma que o solo arrancado pelas chuvas, além do problema da erosão, acarreta o entopimento de bóias e reservatórios de hidrelétricas, prejudicando o aproveitamento dos rios. Quanto à erosão, mostra fotografia satélite demonstrando que o Estado do Paraná, na Serra Geral, está perdendo aproximadamente quatro mil e setecentas toneladas de formação de basalto e duas mil e duzentas toneladas de cauiá, por ano. Continuando sua exposição, faz uma avaliação de recursos hídricos subterrâneos, relativa ao oeste paranaense, onde há viabilidade de dezenove municípios serem servidos por água subterrânea vazados em dois aquíferos: a formação Botucatu, para grandes comunidades, e a formação Serra Geral para as pequenas comunidades. O Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, pela ordem, faz uma série de indagações sobre perfuração. O orador elucidando a questão de ordem, explica que tubulares atravessam a camada de basalto, às vezes há mais de um mil e quinhentos metros para chegar ao arenito saturado de água. O Senhor Roberto Pereira, com a palavra, tece considerações acerca do setor que dirige, que é o Centro de Pesquisas, afirmando que possui serviço de laboratório, que compreende: laboratório de pesquisas e fotográfico; serviço de controle de qualificação de água; de controle de poluição das águas, do ar, do solo e de análise de terras. Tece comentários ainda, sobre o crescimento tecnológico, mostrando a

necessidade dos poderes públicos acompanharem o desenvolvimento científico e se organizarem, no sentido de preservação de todos os espécimes, quer sejam animais ou vegetais, cadastrando as fontes poluidoras, dando assistência técnica e fiscalizadora. Explica que a ARH estuda os recursos hídricos e estabelece uma política para sua utilização pela indústria, para o abastecimento doméstico, para a piscicultura, para recreação, para irrigação, etc., tendo em vista vários esquemas onde são estudados quesitos tais como, disposição das cidades, distritos industriais, efluentes, utilização do solo, etc. Afirmo que neste ano foi feito cadastramento de vinte municípios principais e estudadas as respectivas situações; que foi feito levantamento da poluição por despejos sólidos e, através de projeto iniciado neste ano, se pretende verificar o que se joga fora, no âmbito estadual, verificando o que se poderá aproveitar, reciclar, etc. Pondera ainda, que outros projetos visam estudar outros setores nas micro-regiões 21 e 22. Diz que o Estado foi dividido em seis bacias hidrográficas, para efeito de estudo da qualidade da água, sob o aspecto químico, físico, bacteriológico, hidrobiológico, cromatográfico, sedimentométrico e cada recurso é classificado de acordo com a legislação vigente no país, e para o controle da poluição é necessário manter um controle sistemático, através de pontos de amostragem. Assevera que as informações científicas através de dados coletados, é o caminho seguro para a formação de uma legislação, observando que a ARH, apesar de ser um órgão fiscalizador de forma coercitiva, pode atuar como instrumento de educação, através de publicações de forma didática. Esse, segundo o orador, é um dos objetivos que a ARH tem em mira, pois pretende lançar um livro sobre o meio ambiente, enfocando a luta contra a poluição. Discorre, ainda, acerca do trabalho que aquele órgão vem desenvolvendo junto às empresas para a diminuição da carga poluidora, o que muitas vezes redunde em benefício da própria empresa, com a adoção de sistemas de tratamento e aproveitamento dos resíduos sólidos. O Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, com a palavra, indaga sobre a implantação, tendo

em vista o lado técnico, da cidade industrial às cabeceiras do rio Cascavel. O Senhor Deputado Lineu Turra, com a palavra, assevera que esse fato vem confirmar as ponderações do Senhor Roberto Pereira, de que se faz necessária uma legislação adequada ao momento. Afirmo ainda, que a localização daquele complexo industrial foi considerado inadequada, mas que a situação é irreversível. O Senhor Deputado Valter Pietrângelo, com a palavra, faz uma série de ponderações e indagações acerca de atividades poluidoras de indústrias, principalmente de papel, que foram respondidas, respectivamente, pelos Senhores José Neves Labatut, Orivaldo Kolowski, Roberto Pereira e André Virmond Lima Bittencourt, mostrando a atuação da ARH na elevação do processo tecnológico das empresas através de tratamento simples e a excelência dos resultados obtidos. O Senhor Presidente indaga ainda sobre a possível poluição da Siderpurgica Guaíra e sobre a eficácia ou não do equipamento a ser instalado naquela empresa. O Senhor Orivaldo Kolowski respondendo a questão, presta informações sobre o equipamento, afirmando que, conforme literatura, há uma previsão de noventa e nove por cento de eficácia, constituindo-se no processo mais eficiente para o caso concreto. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece pela presença do Superintendente da Administração de Recursos Hídricos e dos demais senhores engenheiros que o assessoraram, formulando novo convite para aqui comparecerem, a nível de Plenário, para que todos os senhores deputados possam tomar conhecimento do momentoso trabalho que vem sendo desenvolvido pela ARH. Em seguida, encerra a reunião, designando outra a próxima terça-feira, após a sessão plenária. Para efeito da Resolução 327/77, será encaminhada, ao Senhor Presidente, em separado, a relação de comparecimento dos senhores deputados. Para constar, lavro a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

Myrthes Magda Gomes — Secretária